

A SUPERVISÃO EDUCACIONAL E O TRABALHO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Idelbrando Alves de Lima¹

RESUMO

O surgimento da COVID-19 e a, conseqüente, declaração de pandemia pela OMS, ocasionou a adoção de medidas restritivas para conter a proliferação da doença em todo o mundo, entre elas, o fechamento das escolas e a implantação do ensino remoto emergencial, exigindo da supervisão educacional uma repentina adaptação, flexibilização e aprendizagem diante do novo contexto educacional. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo analisar e discutir os desafios, as estratégias e os aprendizados da supervisão educacional, frente ao trabalho remoto em tempos de pandemia da COVID-19. A pesquisa parte da perspectiva de três profissionais que atuam como supervisoras educacionais na rede pública municipal de ensino da cidade de Cabedelo, na Paraíba. A metodologia desenvolvida para a realização desta pesquisa ocupou-se de uma abordagem qualitativa e a coleta de dados deu-se através da aplicação de um questionário semiestruturado. Além disso, o estudo está fundamentado numa pesquisa de cunho bibliográfico que, dialogando com as contribuições de Minayo, Saviani, entre outros autores, estrutura o corpus teórico-metodológico do mesmo. O resultado da pesquisa apontou que o cenário pandêmico foi desafiador para as supervisoras educacionais, as quais precisaram criar estratégias para superar as inúmeras dificuldades surgidas com o trabalho e o ensino remoto. Portanto, consciente de que a pesquisa ora apresentada trata-se de uma pequena amostragem, concluiu-se que é preciso mais estudos desse modelo, que busquem compreender a atuação da supervisão educacional em tempos pandêmicos.

Palavras-chave: Educação, Ensino remoto, Período pandêmico.

INTRODUÇÃO

Os questionamentos acerca da igualdade no acesso, da permanência na escola e da qualidade do ensino público no Brasil são recorrentes, pois tratam-se de princípios garantidos constitucionalmente², que, na prática, pouco se concretizam. Este distanciamento entre o que a lei estabelece e a realidade da educação pública brasileira tem inquietado grande parte dos profissionais da educação e da sociedade, visto que, repercute diretamente na aprendizagem e no desenvolvimento dos educandos.

O surgimento da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) e a, conseqüente, declaração de pandemia³, em 11 de março de 2020, pela

¹ Doutorando do Curso de Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, del_historia@hotmail.com.

O presente artigo é resultado do TCC do Curso de Especialização “Lato Sensu” em Supervisão e Orientação Educacional ministrado pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes – FNSL.

² Vide Art. 206, incisos I, VII da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

³ “Segundo a OMS, uma pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. O termo é utilizado quando uma epidemia – grande surto que afeta uma região – se espalha por diferentes continentes com

Organização Mundial de Saúde (OMS), ocasionou a adoção de medidas restritivas para conter a proliferação do vírus em todo o mundo, entre elas, o fechamento das escolas, deixando aproximadamente 20 milhões de educandos sem aulas, só no Brasil. Além disso, 26% dos discentes que pertenciam à rede pública e, teoricamente, deveriam assistir aulas online, não possuíam acesso à internet⁴.

A suspensão das aulas presenciais no Brasil foi, inicialmente, de caráter temporário, porém o crescente avanço no número de casos da COVID-19 prolongou o fechamento das escolas, levando as instituições de ensino, públicas e privadas, e os profissionais da educação a se adaptarem, da noite para o dia, a uma nova realidade, a do ensino remoto. No entanto, as escolas públicas brasileiras e seus profissionais não estavam preparados, impossibilitando, assim, garantir os princípios constitucionais supracitados e, principalmente, a qualidade do aprendizado dos educandos de forma remota.

O advento da pandemia do novo coronavírus provocou a necessidade de fechamento das escolas, o que levou ao “ensino” remoto em substituição às aulas presenciais.

A expressão ensino remoto passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD). Isso, porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita (Saviani; Galvão, 2021, p. 38).

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar e discutir os desafios, as estratégias e os aprendizados da supervisão educacional, frente ao trabalho remoto em tempos de pandemia da COVID-19⁵, na perspectiva da profissional que atua como supervisora educacional. Nesse intuito, a metodologia desenvolvida para a realização desta pesquisa dispôs de uma abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, [...], com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

transmissão sustentada de pessoa para pessoa”. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-saiba-o-que-e-uma-pandemia>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

⁴ Dados obtidos no site Senado Notícias do Senado Federal brasileiro. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

⁵ A pandemia da Covid-19 não se encerrou com o ano de 2020, portanto, o presente estudo aborda a perspectiva inicial da atuação das profissionais participantes, em 2020.

relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p 21-22).

A coleta de dados deu-se através de um questionário semiestruturado aplicado junto a três supervisoras educacionais, pertencentes a escolas distintas da rede pública municipal de ensino da cidade de Cabedelo-PB⁶. Além disso, o estudo é fundamentado em uma pesquisa bibliográfica que lhe fornece um arcabouço teórico. Neste sentido, acredita-se que os resultados ora apresentados possam contribuir com futuros estudos acadêmicos e com as reflexões a respeito da educação pública brasileira, evidenciando a atuação da supervisão educacional durante a pandemia da COVID-19.

1. A Supervisão Educacional: aspectos históricos e conceituais

A supervisão, primordialmente, no âmbito da educação, trata-se de uma temática que engloba várias concepções teóricas. É importante ressaltar que a supervisão educacional vem sendo objeto de estudo de inúmeras pesquisas acadêmicas e tem fomentado grandes debates na área, por todo o país. Composto de dois vocábulos latinos – super (sobre) mais visão (ação ou efeito de ver) – o termo supervisão significa “ação de ver sobre” e/ou “visão sobre”, portanto, seria uma visão abrangente, ampla, geral de alguma coisa, nesse contexto, das ações educacionais. “Na supervisão, o prefixo ‘super’ une-se à ‘visão’ para designar o ato de ‘ver’ o geral, que se constitui pela articulação das atividades específicas da escola” (Rangel, 2002, p. 76).

A origem do termo supervisão remonta ao tempo da Revolução Industrial (século XVIII) quando, no propósito de melhorar o desempenho da produção fabril, surgiu a figura do supervisor. Sendo assim, “[...], seu surgimento se deve à necessidade da vigilância e controle dos profissionais nos modos de produção, com funções específicas baseadas em planejar, comandar e controlar” (Adriano, 2017, p. 93). Do campo industrial, a supervisão expandiu-se para outras organizações sociais, chegando à instituição escola, a qual buscava atingir seus objetivos, através do trabalho controlador e fiscalizador do supervisor sobre a prática educativa docente, por consequência, durante muito tempo, o modelo de supervisão industrial foi reproduzido na educação.

No Brasil, de acordo com Saviani (2002), a ideia de supervisão surgiu no Período Colonial com a chegada dos padres jesuítas, os quais foram responsáveis por

⁶ Os nomes das supervisoras educacionais e das escolas serão mantidos em sigilo.

iniciar à organização das atividades educativas em nosso território, por meio do Plano Geral da Ordem intitulado de *Ratio Studiorum*, que continha “[...] um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino, [...]” (Saviani, 2002, p. 20). Dando prosseguimento, Saviani (2002, p. 21) diz que

Explicita-se, pois, no *Ratio Studiorum*, a idéia [sic] de supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada (abstraída) das demais funções educativas e representada na mente como uma tarefa específica para a qual, em consequência [sic], é destinado um agente, também específico, distinto do reitor e dos professores, denominado *prefeito dos estudos*.

No entanto, foi a partir do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 – Reforma Francisco Campos – que surgiu o primeiro registro oficial da supervisão educacional no Brasil, enfatizando, efetivamente, a ação supervisora no âmbito escolar, exercida na pessoa do inspetor. Conforme Saviani (2002, p. 29-30):

[...] a reforma Francisco Campos, de 1931, se referia às tarefas de acompanhamento pedagógico; no entanto, tais tarefas eram atribuídas ao inspetor escolar e se reduziam, na prática, aos aspectos administrativos e de mera fiscalização, não se colocando a necessidade de que esse acompanhamento do processo pedagógico fosse feito por um agente específico no interior da unidade escolar.

Após a Reforma Francisco Campos (1931), a supervisão educacional teve sua trajetória, na história da educação brasileira, marcada por vários documentos legais, que, na maioria das vezes, buscavam conceituar e/ou reformular o seu papel na educação e na sociedade. É válido destacar que todo esse processo evolutivo da supervisão ocorreu acompanhando às mudanças políticas, sociais, históricas, econômicas e culturais de cada época. Conforme ratifica Alonso (2002, p. 167): “O conceito de supervisão educacional tem sofrido alterações no decorrer do tempo, de sorte que os seus objetivos não são os mesmos, se considerarmos as diferentes etapas que marcaram tal processo evolutivo”.

Dentre todas as legislações implantadas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – é a que merece mais ênfase, pois, segundo Adriano (2017), trouxe uma nova composição para o exercício da supervisão, na qual o supervisor educacional passou a “[...] contribuir na produção de novos conhecimentos, favorecendo ambientes para a construção de processos de ensino

e aprendizagem, objetivando os fazeres pedagógicos” (Adriano, 2017, p. 96). A respeito da LDB, Santos (2012, p.170, grifo próprio) corrobora, dizendo que

Se fizermos uma análise crítico-histórica das legislações brasileiras relativas à educação, é possível observar, [...], que todas as legislações educacionais que antecederam a Lei n.º 9.394/96 (também chamada de Lei Darcy Ribeiro) sempre estiveram comprometidas com o autoritarismo, a centralização, a rigidez, a desconfiança da maioria dos educadores e os interesses das minorias socioeconômicas privilegiadas.

Sendo assim, o supervisor educacional, que anteriormente exercia um papel técnico/burocrático como inspetor, assume atualmente uma posição mais comprometida e dinâmica com a prática educativa, tornando sua presença relevante e imprescindível, dentro da escola. Cabe a este profissional da educação: apoiar, acompanhar, assessorar, aperfeiçoar, coordenar e planejar o trabalho pedagógico; socializar o conhecimento, promovendo, entre o corpo docente, a troca de experiências; interagir com a comunidade escolar; garantir a permanente atualização do ensino; e, oferecer condições que ajudem e estimulem o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, como um todo.

Nesse sentido, a função do supervisor educacional passa a ser uma referência para a comunidade escolar, enquanto responsável pela coordenação do trabalho pedagógico. Exerce uma ação de líder, responsável pela articulação dos conhecimentos e saberes dos professores em relação às propostas educativas da escola. Atua também como mobilizador da equipe escolar, intencionando a melhoria do trabalho pedagógico. (Adriano, 2017, p. 99)

A pandemia da COVID-19 impactou, sobremaneira, à educação brasileira, acentuando, ainda mais, a desigualdade social, os desafios e as dificuldades presentes no contexto educacional do país. Esse novo cenário ocasionou um “terremoto remoto”, que abalou as estruturas do ambiente escolar e, em particular, o cotidiano e a atuação dos profissionais da educação, exigindo uma repentina adaptação, flexibilização e, principalmente, aprendizagem, diante da atual realidade do ensino remoto, no contexto pandêmico.

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., [...], determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes,

também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais (Saviani; Galvão, 2021, p. 38).

No decorrer da pandemia, as instituições de ensino tiveram que intensificar seus trabalhos pedagógicos, sendo necessário que os docentes reinventassem, cotidianamente, sua prática educativa, utilizando recursos tecnológicos que, muitas vezes, desconheciam e/ou não dominavam. Desta forma, a supervisão educacional precisou estar mais próxima dos docentes, contribuindo com novas formas de transmitir os conteúdos, objetivando atingir e integrar os educandos de forma eficaz e eficiente. Entretanto, vale frisar que as escolas apresentam estruturas e condições variadas e, nem sempre, a educação remota vai alcançar todos igualmente, especialmente, no âmbito da escola pública brasileira.

Mudanças, adaptações e novos aprendizados. O ensino remoto trouxe uma série de desafios para a Educação e para o dia a dia de alunos, professores e gestores. Com a coordenação pedagógica não foi diferente. Esses profissionais precisaram criar estratégias para ajudar o corpo docente e lidar com as questões e dificuldades do novo modelo, seja trazendo novas soluções para otimizar a rotina pedagógica dentro do formato digital, seja criando espaços para acolhida e formação nesse contexto (Santos, 2021, s/p).

Em virtude disso, a supervisão educacional foi demandada a exercer um importantíssimo papel na motivação e coordenação das atividades remotas, cabendo ao profissional ser inovador, habilidoso, estimulador e, principalmente, estar preparado para encarar os obstáculos desse momento pandêmico presente e, também, futuro – pós-pandemia –, além de assegurar a conectividade entre todos que compõem a comunidade escolar. Por essa razão, busca-se conhecer os desafios, as estratégias e os aprendizados da supervisão educacional, frente ao trabalho remoto no decorrer da pandemia da COVID-19, na perspectiva das supervisoras educacionais participantes do presente estudo.

2. A caracterização das supervisoras educacionais

A presente pesquisa⁷, junto as profissionais que atuam na supervisão educacional, utilizou como instrumento metodológico um questionário semiestruturado, contendo duas partes: a primeira, traça o perfil sociodemográfico das supervisoras

⁷ A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2020.

educacionais participantes e a segunda, analisa a atuação das mesmas, ao fazer três questionamentos⁸, referentes aos seus desafios, estratégias e aprendizados, diante do trabalho remoto ao longo da pandemia da COVID-19.

Cada supervisora educacional pode responder seu questionário livremente, sendo entregue ao pesquisador, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após o prazo máximo de duas semanas, determinado e combinado previamente entre as partes. Como método de identificação, serão utilizadas as letras **S** e **E** (**SE**) para indicar supervisora educacional e os números **1**, **2** e **3**, para especificar a quantidade de supervisoras participantes, preservando, deste modo, suas identidades. Quanto ao perfil sociodemográfico das supervisoras consultadas, esquematizamos um quadro demonstrativo, a partir do questionário, trazendo as seguintes características:

Supervisoras Educacionais	SE1	SE2	SE3
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	49 anos	45 anos	36 anos
Formação (Graduação)	Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Licenciatura Plena em Pedagogia	Bacharelado em Ciências Biológicas
Pós-graduação / Área	Mestrado em Educação (Processo de Ensino e Aprendizagem) Especialização em Meio Ambiente	Especialização em Psicopedagogia	Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Tempo de exercício na função	06 anos	10 anos	1 ano e meio
De que forma assumiu a função?	Convite da Secretaria de Educação (SEDUC)	Convite da Secretaria de Educação (SEDUC)	Convite da Secretaria de Educação (SEDUC)
Em qual seguimento da Educação Básica atua?	Ensino Fundamental – Anos Finais	Ensino Fundamental – Anos Finais	Ensino Fundamental – Anos Finais

Quadro 1 - Perfil sociodemográfico das supervisoras educacionais.⁹

⁸ A segunda parte do questionário conteve apenas questões subjetivas, nas quais as participantes tiveram total liberdade para responder.

⁹ Os dados apresentados no quadro são do ano de 2020. Atualmente a SE3 não desempenha mais a função de supervisora educacional.

Conforme podemos observar no quadro 1, as participantes foram em número de três, suas idades são bem distintas, porém equilibradas. Quanto à formação acadêmica inicial, a **SE1** e a **SE3** possuem graduação em Ciências Biológicas, sendo a primeira bacharela e licenciada e a segunda só bacharela; a **SE2** é licenciada em Pedagogia, curso que, de acordo com o **Art. 64**¹⁰ da LDB nº 9.394/96, já torna a profissional apta para exercer a função de supervisora educacional.

No que se refere à formação acadêmica a nível de pós-graduação é importante salientar que nenhuma delas possui uma formação específica em Supervisão Educacional, ou seja, consoante ao cargo que exercem. Sobre o tempo de exercício na função, é possível perceber uma grande diferença entre as participantes, pois a **SE2** vem exercendo o cargo há 10 anos, a **SE1** há 06 anos e a **SE3** há 1 ano e meio. Com relação à forma que assumiram a função, todas coincidiram, pois foram convidadas pela Secretaria de Educação – SEDUC – do município de Cabedelo-PB.

É importante destacar que as participantes foram convidadas pela SEDUC para assumirem a função de supervisoras educacionais, demonstrando que o município, em questão, não vem realizando concurso público para o provimento desse cargo. Duas das três convidadas para exercer o cargo de supervisora não possui a qualificação específica exigida pela função, porém não significa dizer, que as mesmas não fossem capazes de desenvolverem um trabalho de qualidade. Finalizando o perfil sociodemográfico, todas as participantes atuavam na Educação Básica, no segmento do Ensino Fundamental – Anos Finais.

3. Atuação das supervisoras educacionais na pandemia da COVID-19

Na segunda parte do questionário, as supervisoras responderam a três questionamentos voltados a identificar os desafios, as estratégias e os aprendizados vivenciados remotamente no primeiro ano da pandemia. Esses questionamentos tornam-se relevantes, pois ajudam a compreender melhor a atuação da supervisão educacional nesse período pandêmico, nos dando, uma pequena amostragem do que se passou no cotidiano das participantes da pesquisa. Inicialmente, foi feita a seguinte pergunta: Liste

¹⁰ “Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional”. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2020.

os desafios enfrentados por você, no exercício da sua função, durante a pandemia da COVID-19. Os desafios relatados foram:

SE1: A demanda excessiva de trabalho, tanto no Ensino Remoto quanto no Ensino Presencial sempre é algo que impacta na atuação eficaz que o cargo exige. Durante a pandemia da COVID-19, para somar com o que foi supracitado, ainda temos a carga horária que não tem mais limite. O supervisor está sempre de “plantão” para dar assistência aos professores, alunos e responsáveis, chega a intervir nas demais atividades que realizamos. Mas além de lidar com as dificuldades do dia a dia, dentro todos os desafios, destaco que o maior seja o de pensar em ações/estratégias que possam auxiliar a amenizar a raiz dos problemas da instituição, buscando novos caminhos sempre com foco na melhoria do processo de ensino e aprendizagem, onde muitas vezes são questões de larga escala.

SE2: Adaptar-se a esse novo formato de trabalho com aulas não presenciais; Organizar o Ensino Remoto: horário das aulas, formação dos grupos de WhatsApp, orientar a elaboração das atividades; Integrar a família nesse processo de aulas não presenciais; Acompanhar as postagens de atividades e frequência dos alunos nos grupos; Garantir a aprendizagem durante o Ensino Remoto; Orientar à distância; Dificuldade de fazer as intervenções necessárias; Fazer e participar de videoconferências; Falta de preparo para utilizar os recursos tecnológicos; Manter o equilíbrio emocional.

SE3: O primeiro desafio foi organizar o tempo, já que trabalhando em casa muitas vezes as atividades de casa podem se misturar com as do trabalho.

Trabalhar muito mais horas por dia, incluindo os finais de semana.

Enfrentar os desafios tecnológicos também não foi fácil.

Saber conduzir as atividades estando distante do objeto do trabalho, no caso a Escola, os professores e os alunos.

Administrar o lado emocional, por muitas vezes tentei resolver problemas que não podiam ser solucionados por mim.

Todos os desafios listados pelas supervisoras são pertinentes, porém alguns deles merecem especial atenção, por estarem mais ligados com o momento vivido, tais como: o excesso de trabalho que, na maioria das vezes, ultrapassou os limites da carga horária e dos dias de trabalho; orientar e conduzir o trabalho pedagógico, no formato remoto, buscando novos métodos e ferramentas para garantir a interação e o aprendizado dos educandos; estar preparada para enfrentar os recursos tecnológicos; e, principalmente, não perder o equilíbrio emocional, diante de tantas adversidades que surgiram com a pandemia.

O segundo questionamento foi: Aponte as estratégias utilizadas por você, para melhor desempenhar sua função, durante a pandemia da COVID-19. Obtivemos as seguintes respostas:

SE1: Buscando realizar as atividades com melhor desempenho possível, o cumprimento de uma rotina vem amenizando o desgaste da função e tornando possível a atuação. A organização de uma agenda semanal, vem sendo positiva, pois nos dá a possibilidade de planejar e realizar as reuniões

pedagógicas com a equipe escolar; acompanhar a ação pedagógica do professor nas plataformas utilizadas para as aulas e o acompanhamento dos relatórios dos docentes, são ações que vem dando suporte e fazendo a diferença no momento atual da Educação.

SE2: Manter um horário de trabalho para atender as demandas da Seduc e da escola; Ter disciplina na rotina de trabalho; Manter contato individualmente com os professores.

SE3: Ajustar o tempo de trabalho. Organizar as atividades e delegar atividades a todos os envolvidos no processo pedagógico. Estar em contato diário com os professores para solucionar problemas e ajudá-los nesse momento complexo. Da mesma forma, ter contato com os alunos, utilizando as mídias digitais. Trabalhar a empatia com muito mais eficácia, pois não sabemos com as outras pessoas estão em casa.

As estratégias apontadas apresentam muitas semelhanças, entre elas destacamos: gerenciar o tempo de trabalho, criando uma rotina, aspecto fundamental para separar a vida profissional da pessoal, visto que o trabalho vinha sendo realizado de casa e demandando muito das profissionais; acompanhar o trabalho pedagógico, mantendo um constante contato com os docentes, essa estratégia corporifica o papel da supervisão educacional de se fazer presente no trabalho docente.

Por fim, pediu-se que as supervisoras respondessem um questionamento de cunho mais pessoal a respeito do aprendizado obtido nesse período de pandemia. Portanto, foi feita a seguinte pergunta: Qual(ais) aprendizado(s), enquanto supervisor(a), você adquiriu durante este tempo de pandemia da COVID-19, que influenciará sua prática profissional em diante? As considerações obtidas foram:

SE1: Nos aproximou da Tecnologia Educacional e de ferramentas que conhecíamos e nunca fizemos uso, estas amenizam as ações de elaboração e compartilhamento de documentos, por exemplo. A importância de ouvir os pares com maior frequência também merece destaque na nossa prática.

SE2: Valorizar ainda mais o trabalho em equipe; Estímulo para conhecer e utilizar os Recursos Digitais como ferramenta de trabalho.

SE3: A primeira e mais importante, não é possível solucionar todos os problemas. Muitos desses problemas estão fora do alcance da minha função, infelizmente. Sofri muito até entender isso. A outra coisa foi saber dividir as responsabilidades, sozinha uma pessoa não consegue solucionar muitas coisas, mas com uma equipe tudo se torna mais fácil. E a última é que planos são planos e podem ser modificados sempre e até ficarem melhores que antes.

A **SE1** destacou sua aproximação com as ferramentas tecnológicas e enfatizou a importância de ouvir os pares com maior frequência. Valorizar o trabalho em equipe e se sentir estimulada a conhecer e utilizar os recursos digitais foram os aprendizados elencados pela **SE2**. Já a **SE3** percebeu que não pode solucionar todos os problemas, aprendendo a dividir as responsabilidades com a equipe, além, de reconhecer que os

planos são modificáveis. As falas supracitadas das supervisoras evidenciam que os aprendizados adquiridos não seriam colocados em prática, apenas no contexto pandêmico de ensino remoto. Mas, são conhecimentos que podem e devem ser incorporados no exercício da função de cada uma delas, fortalecendo e desenvolvendo sua prática diária e sua relação com a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da supervisão educacional é uma temática que continuará sendo bastante discutida e problematizada, principalmente, diante da complexa situação vivida pela educação brasileira, que no decorrer da pandemia da COVID-19 evidenciou expressivamente a desigualdade social do país. Torna-se necessário concretizar uma educação, no Brasil, que privilegie a todos, que promova a valorização do ensino e dos profissionais da educação, que atue com base no trabalho em conjunto e, que garanta uma educação de qualidade e equidade.

É impossível não falar da pandemia na atualidade e de todos os impactos que ela causou e vem causando na educação brasileira, que inevitavelmente levou a escola e os profissionais da educação a se reinventarem, por isso, a realidade dessas três supervisoras educacionais possibilita conhecer, mesmo que parcialmente, a atuação delas no contexto da pandemia e do trabalho remoto, dando ênfase aos desafios, estratégias e aprendizados. Vale salientar, que é preciso pensar nas consequências desse período sobre o desenvolvimento da educação no país.

Por esse motivo, torna-se indispensável conhecer os impactos que toda a comunidade escolar vem enfrentando, para que o poder governamental crie políticas públicas direcionadas a solucionar os problemas da educação brasileira, pós-pandemia. Portanto, consciente de que a pesquisa ora apresentada trata-se de uma pequena amostragem, concluiu-se que é preciso mais estudos desse modelo, buscando compreender a atuação da supervisão educacional em tempos de pandemia da COVID-19, a partir da perspectiva das supervisoras educacionais. No entanto, acredita-se que os resultados apresentados, apesar de parciais, possam contribuir com futuros estudos acadêmicos e com as reflexões em torno da educação na pandemia da COVID-19.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Graciele Alice Carvalho. **Gestão educacional**. Indaial/SC: UNIASSELVI, 2017.

ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. Tradução: Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002, p 167-181.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.890/31**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: _____(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 09-29.

RANGEL, Mary. Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. Tradução: Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002, p 69-96.

SANTOS, Daniel. Coordenação pedagógica: mudanças e adaptações na rotina na pandemia. **Nova Escola**, São Paulo, s/v, s/n, s/p, mar, 2021. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/20224/coordenacao-pedagogica-mudancas-e-adaptacoes-na-rotina-na-pandemia>> Acesso em: 5 abr. 2021.

SANTOS, Marcos Pereira dos. **História da supervisão educacional no Brasil**: reflexões sobre política, pedagogia e docência. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. Tradução: Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002, p 13-38.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **UNIVERSIDADE e SOCIEDADE**, Brasília, Ano XXXI, nº 67, p. 36-49, jan, 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade> Acesso em: 5 abr. 2021.